

POR UMA ESCOLA QUE CONTEMPLE O AUDIOVISUAL ¹

Sérgio Rizzo²

O sistema educacional brasileiro mantém, em linhas gerais, a preocupação preponderante com a linguagem verbal. No ensino fundamental, a prioridade natural é a alfabetização das crianças. A produção de conhecimento, tanto ali quanto no ensino médio, privilegia as formas verbais de comunicação. Acredita-se, a julgar pela formação do educador brasileiro e pela construção das grades curriculares, dos parâmetros pedagógicos e das bibliografias obrigatórias e recomendadas, que as necessidades didáticas serão plenamente atendidas mediante a leitura de livros (e, perifericamente, de textos extraídos de jornais e revistas). O êxito do processo é comumente avaliado, também ele, de modo verbal, por meio de provas, exercícios e trabalhos escritos.

Não cabe aqui discutir se o objetivo mínimo dessa política, a formação de cidadãos com instrumental mínimo para a leitura e a produção de textos de comunicação cotidiana, tem sido alcançado. Pesquisas apontam, com alguma frequência, dados que sugerem haver problemas graves na busca desse objetivo. Aqui, importa lembrar que a cultura educacional brasileira continua a dedicar pouca importância à comunicação audiovisual. A lacuna é antiga, por mais que esforços no sentido de reduzi-la tenham sido empreendidos desde a década de 30, mas torna-se gritante, e objeto de urgente reflexão, no cenário contemporâneo.

Sabe-se que a mediação pública de sociedades como a brasileira tem sido feita, de forma crescente, pelos meios de comunicação, entre os quais se destaca, por razões variadas, a televisão. Embora as crianças sejam expostas a eles desde a primeira infância, consumindo de forma intensa o código audiovisual, a escola ainda não parece capaz de incluir, entre suas prioridades, a instrumentalização de seus alunos para a recepção crítica desses meios.

Além de negligenciar questões relativas à formação plural em todas as linguagens, esse descaso pode gerar efeitos sociopolíticos difíceis de mensurar. Lembre-se que cidadãos “analfabetos” em audiovisual tendem a ser objeto de manipulação por todos os que saibam utilizar a força de convencimento e sedução das imagens e sons. Correm ainda o risco de ser

¹ Originalmente publicado na revista “Idéia Social”, número 5, setembro/outubro/novembro de 2006.

² **Sérgio Rizzo** é jornalista, mestre em Artes e doutorando em Ciências da Comunicação pela Universidade de São Paulo. É crítico de cinema da “Folha de S. Paulo”, colunista das revistas “Educação” e “Idéia Social”, professor no curso de graduação em jornalismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, no curso de especialização em crítica cinematográfica da Fundação Armando Álvares Penteado, no curso de especialização em cinema e educação da Universidade Estadual de Goiás e em cursos livres na Casa do Saber.

vítimas progressivas de exclusão, tendo em vista, sobretudo, a convergência de mídias em suporte predominantemente audiovisual e o desenvolvimento, graças às possibilidades de uso da Internet e futuramente da TV digital no país, de diversas modalidades de “governo eletrônico”, ou seja, o uso desses meios para a comunicação entre as várias instâncias do poder público e os cidadãos, inclusive no que diz respeito à prestação de contas e de serviços.

É preciso assinalar também um paradoxo. Embora a escola resista a aceitar como uma de suas missões a formação de leitores críticos de imagens e sons, seus alunos chegam a ela já possuidores de extenso repertório audiovisual, cultivado, na hipótese mais corriqueira, pelo hábito de assistir à televisão, disseminado em toda a sociedade brasileira, sem distinção de classe social. Em vez de trabalhar com esse dado cultural, a escola contribui, ao ignorá-lo ou menosprezá-lo, para a formação de receptores meramente passivos. Espaço de transformação por excelência, o ambiente escolar vê-se, dessa forma, transformado em local de manutenção do status quo.

As oportunidades de inserção do audiovisual no sistema educacional brasileiro, em especial nos ensinos fundamental e médio, e os desafios que se apresentam para a efetiva execução de políticas nessa área, tanto no âmbito do microcosmo escolar quanto no de macrocenários educacionais, devem ser objeto de reflexão urgente.

Costuma-se encarar o audiovisual apenas como recurso didático. De fato, ele pode ser assim empregado, com resultados diretamente proporcionais ao repertório do educador na área e à sua capacidade de aproveitar-se da linguagem para trabalhar determinados conteúdos de aprendizagem e de produção do conhecimento. Trata-se, no entanto, de maneira restrita de analisar o potencial dos meios audiovisuais na formação de crianças e jovens.

Mais do que ferramenta paradidática, a produção cultural em forma de imagens e sons pode ser incorporada pelo sistema educacional como matéria curricular, como conteúdo programático, como objetivo pedagógico em si. Os caminhos a percorrer em direção a um cenário de plena integração e enraizamento do audiovisual nos ensinos fundamental e médio envolvem dois aspectos predominantes:

- a) a necessidade de qualificação específica do educador em relação à linguagem audiovisual, o que implica, entre outras políticas, a inserção do tema já nos cursos de formação de docentes, tanto no ensino médio quanto na graduação específica em Pedagogia e nas licenciaturas das diversas áreas do conhecimento.

- b) a necessidade de inserção do audiovisual em grades curriculares, projetos multidisciplinares e atividades extracurriculares dos ensinos fundamental e médio.

Da maneira como se apresentam hoje, tanto a formação de docentes no país quanto o planejamento curricular nos ensinos fundamental e médio não só desprezam as possibilidades de uso do audiovisual para a produção do conhecimento, mas também, e principalmente, ignoram a urgente necessidade de preparar crianças e jovens para uma sociedade em que a troca de informações e a mediação pública se dão maciçamente por meio de imagens e sons.